



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE PALESTINA DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Rua Magalhães Barata s/n - Centro – Palestina do Pará - CEP: 68.535-000
Prédio do Centro Administrativo – Sala da CPL/PMPP - Fone (94) 3351-1328
Email: cplpalestinadopara@hotmail.com



CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 050/2021

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº 050/2021, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE PALESTINA DO PARÁ E A EMPRESA T&S COMERCIAL DE PECAS LTDA.

O Município de Palestina do Pará por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL**, com sede na Rua Magalhães Barata, S/n, Centro, na cidade de Palestina do Pará/PA - CEP: 68.535-000, inscrita no **CNPJ sob o nº 83.211.417/0001-20**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Claudio Robertino Alves dos Santos**, portador da Carteira de Identidade nº 2541916, expedida pela secretaria de Segurança Pública/PA, e CPF nº 458.306.492-68, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **T&S COMERCIAL DE PECAS LTDA**, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 15.185.368/0001-49**, sediada na **Rodovia BR-230, Transamazônica, Folha Industrial, Qd. 03, Lt. 02 B, Nova Marabá, CEP: 68.509-140 em Marabá/PA**, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representado pela Sra. Maria do Socorro de Oliveira, portadora da Carteira de Identidade nº 1792545, expedida pela SSP/PA, e **CPF nº 298.045.582-20**, tendo em vista o que consta no Processo nº A-002/2021-PMPP e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Adesão n. 002/2021-PMPP**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a prestação de **SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E DEMAIS REPAROS NECESSÁRIOS EM MÁQUINAS PESADAS, DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE PALESTINA DO PARÁ/PA**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao processo, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

EMPRESA: T&S COMERCIAL DE PECAS LTDA					
CNPJ: 15.185.368/0001-49					
ENDEREÇO: Rodovia BR-230, Transamazônica, Folha Industrial, Qd. 03, Lt. 02 B, Nova Marabá, Marabá/PA - CEP: 68.509-140.					
REPRESENTANTE: Maria do Socorro de Oliveira – CPF n. 298.045.582-20					
E-MAIL: wcandidomba@gmail.com			TEL.: (94) 3322-1137		
ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	ALINHAMENTO DO BLOCO DO MOTOR PATROL 120K	01	Serv.	840,00	840,00
03	ALINHAMENTO DO BLOCO DO MOTOR RETRO 580N	01	Serv.	724,00	724,00
05	ALINHAMENTO DO BLOCO DO MOTOR TRATOR TT4030	01	Serv.	724,00	724,00
06	CROMAR HASTE CILINDRO DA SAPATA RETRO 580N	01	Serv.	936,00	936,00
07	DIAGNOSTICO COM COMPUTADOR PATROL 120K	01	Serv.	1.158,00	1.158,00
08	EMBUCHAR COMANDO DE VALVULAS DO MOTOR PATROL 120K	01	Serv.	396,00	396,00
10	EMBUCHAR E MANDRILHAR BIELA DO MOTOR PATROL 120K	06	Serv.	92,00	552,00
12	EMBUCHAR E MANDRILHAR BUCHA DE BIELA RETRO 580N	04	Serv.	111,00	444,00
14	EMBUCHAR E MANDRILHAR BUCHA DE BIELA TRATOR TT4030	04	Serv.	111,00	444,00
15	EMBUCHAR E MANDRILHAR BUCHA DE COMANDO RETRO 580N	01	Serv.	362,00	362,00
17	EMBUCHAR E MANDRILHAR BUCHA DE COMANDO TRATOR TT4030	01	Serv.	362,00	362,00
18	ENCHER E MANDRILHAR BASE PINO CONCHA TRAZEIRA RETRO 580N	02	Serv.	232,00	464,00
19	ENCHER E MANDRILHAR BASE PINO EIXO DIANTEIRO PATROL 120K	02	Serv.	772,00	1.544,00
21	ENCHER E MANDRILHAR OLHAL 60MM RETRO 580N	01	Serv.	154,00	154,00



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE PALESTINA DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Rua Magalhães Barata s/n - Centro - Palestina do Pará - CEP: 68.535-000
Prédio do Centro Administrativo - Sala da CPL/PMPP - Fone (94) 3351-1328
Email: cplpalestinadopara@hotmail.com



22	ENCHER E MANDRILHAR OLHAL BRACO CONCHA RETRO 580N	02	Serv.	618,00	1.236,00
23	ENCHER E MANDRILHAR OLHAL DO CENTRO PATROL 120K	02	Serv.	2.027,00	4.054,00
26	ENCHER E TORNEAR OLHAL DO CILINDRO GIRO DO RETRO RETRO 580N	02	Serv.	386,00	772,00
27	ESMERILAR E MONTAR CABECOTE DO MOTOR PATROL 120K	01	Serv.	463,00	463,00
29	ESMERILAR E MONTAR CABECOTE DO MOTOR RETRO 580N	01	Serv.	521,00	521,00
31	ESMERILAR E MONTAR CABECOTE DO MOTOR TRATOR TT4030	01	Serv.	521,00	521,00
32	FABRICAR HASTE CILINDRO GIRO DO RETRO RETRO 580N	01	Serv.	1.158,00	1.158,00
33	LIMPAR E ENVARETAR RADIADOR DE AGUA PATROL 120K	01	Serv.	381,00	381,00
35	LIMPAR E ENVARETAR RADIADOR DE OLEO PATROL 120K	01	Serv.	367,00	367,00
37	MONTAGEM COMPLETA DO MOTOR PATROL 120K	01	Serv.	2.702,00	2.702,00
39	MONTAGEM COMPLETA DO MOTOR RETRO 580N	01	Serv.	2.171,00	2.171,00
41	MONTAGEM COMPLETA DO MOTOR TRATOR TT4030	01	Serv.	2.171,00	2.171,00
42	POLIR COMANDO DE VALVULAS PATROL 120K	01	Serv.	145,00	145,00
44	POLIR COMANDO DE VALVULAS RETRO 580N	01	Serv.	169,00	169,00
46	POLIR COMANDO DE VALVULAS TRATOR TT4030	01	Serv.	169,00	169,00
47	POLIR VIRABREQUIM DO MOTOR PATROL 120K	01	Serv.	434,00	434,00
49	POLIR VIRABREQUIM DO MOTOR RETRO 580N	01	Serv.	256,00	256,00
51	POLIR VIRABREQUIM DO MOTOR TRATOR TT4030	01	Serv.	256,00	256,00
52	PROJECÃO DE CAMISA DO MOTOR RETRO 580N	01	Serv.	724,00	724,00
54	PROJECÃO DE CAMISA DO MOTOR TRATOR TT4030	01	Serv.	724,00	724,00
55	REABRIR BLOCO DO MOTOR PATROL 120K	01	Serv.	1.062,00	1.062,00
57	RECUPERAR BASE DO CHASSIS DA TORRE RETRO 580N	04	Serv.	695,00	2.780,00
58	RECUPERAR HASTE GIRO DO RETRO RETRO 580N	01	Serv.	193,00	193,00
59	RETIFICAR E BRUNIR BLOCO DO MOTOR PATROL 120K	01	Serv.	656,00	656,00
61	RETIFICAR FERRO DE BIELAS DO MOTOR PATROL 120K	06	Serv.	116,00	696,00
63	RETIFICAR FERRO DE BIELAS RETRO 580N	04	Serv.	101,00	404,00
65	RETIFICAR FERRO DE BIELAS TRATOR TT4030	04	Serv.	101,00	404,00
66	RETIFICAR SEDES DE VALVULAS PATROL 120K	01	Serv.	405,00	405,00
68	RETIFICAR SEDES DE VALVULAS RETRO 580N	01	Serv.	550,00	550,00
70	RETIFICAR SEDES DE VALVULAS TRATOR TT4030	01	Serv.	550,00	550,00
71	RETIRAR E INSTALAR BOMBA HIDRAULICA PATROL 120K	01	Serv.	2.297,00	2.297,00
73	RETIRAR E INSTALAR CAIXA DE MARCHA TRATOR TT4030	01	Serv.	290,00	290,00
74	RETIRAR E INSTALAR CILINDROS E TROCAR REPAROS PATROL 120K	10	Serv.	338,00	3.380,00
76	RETIRAR E INSTALAR MOTOR PATROL 120K	01	Serv.	1.351,00	1.351,00
78	RETIRAR E INSTALAR MOTOR RETRO 580N	01	Serv.	1.062,00	1.062,00
80	RETIRAR E INSTALAR MOTOR TRATOR TT4030	01	Serv.	1.062,00	1.062,00
81	RETIRAR E INSTALAR ORBTROL PATROL 120K	01	Serv.	772,00	772,00
83	RETIRAR E INSTALAR RADIADOR DE AGUA PATROL 120K	01	Serv.	984,00	984,00
85	RETIRAR E INSTALAR RADIADOR DE OLEO PATROL 120K	01	Serv.	656,00	656,00
87	RETIRAR E INSTALAR TRANSMISSAO PATROL 120K	01	Serv.	1.737,00	1.737,00
89	RETIRAR E INSTALAR TRANSMISSAO RETRO 580N	01	Serv.	1.158,00	1.158,00
90	RETIRAR LIMPAR E INSTALAR TANQUE HIDRAULICO PATROL 120K	01	Serv.	1.312,00	1.312,00
92	REVISAR AR CONDICIONADO PATROL 120K	01	Serv.	820,00	820,00
95	REVISAR BOMBA INJETORA RETRO 580N	01	Serv.	869,00	869,00
98	REVISAR CAIXA DE MARCHA TRATOR TT4030	01	Serv.	1.158,00	1.158,00
99	REVISAR CAIXA DO CIRCULO PATROL 120K	01	Serv.	1.641,00	1.641,00
101	REVISAR COMANDO HIDRAULICO PATROL 120K	02	Serv.	2.413,00	4.826,00
104	REVISAR COMANDO HIDRAULICO TRATOR TT4030	01	Serv.	531,00	531,00
105	REVISAR COMANDO TRAZEIRO RETRO 580N	01	Serv.	1.834,00	1.834,00
106	REVISAR CUBO CENTRAL DO TANDEM PATROL 120K	02	Serv.	1.496,00	2.992,00
108	REVISAR CUBO DE FREIO PATROL 120K	04	Serv.	1.158,00	4.632,00
110	REVISAR CUBO DIANTEIRO RETRO 580N	02	Serv.	1.592,00	3.184,00
112	REVISAR CUBO DIANTEIRO TRATOR TT4030	02	Serv.	627,00	1.254,00
113	REVISAR DIFERENCIAL DIANTEIRO RETRO 580N	01	Serv.	2.075,00	2.075,00
115	REVISAR DIFERENCIAL DIANTEIRO TRATOR TT4030	01	Serv.	820,00	820,00
116	REVISAR DIFERENCIAL TRAZEIRO RETRO 580N	01	Serv.	2.702,00	2.702,00
118	REVISAR DIFERENCIAL TRAZEIRO TRATOR TT4030	01	Serv.	917,00	917,00
119	REVISAR ORBTROL PATROL 120K	01	Serv.	1.496,00	1.496,00
121	REVISAR SISTEMA ELETRICO PATROL 120K	01	Serv.	3.378,00	3.378,00
123	REVISAR SISTEMA ELETRICO RETRO 580N	01	Serv.	1.351,00	1.351,00
125	REVISAR SISTEMA ELETRICO TRATOR TT4030	01	Serv.	1.351,00	1.351,00
126	REVISAR TRANSMISSAO PATROL 120K	01	Serv.	9.168,00	9.168,00
128	REVISAR TRANSMISSAO RETRO 580N	01	Serv.	5.790,00	5.790,00
129	SOLDAR CONCHA TRAZEIRA RETRO 580N	01	Serv.	579,00	579,00
130	SOLDAR E REFORCAR TORRE DO RETRO RETRO 580N	01	Serv.	2.316,00	2.316,00
131	TIRAR VAZAMENTO DA TRANSMISSAO RETRO 580N	01	Serv.	1.081,00	1.081,00
132	TROCAR CALCO DO CIRCULO E REGULAR PATROL 120K	01	Serv.	1.544,00	1.544,00



134	TROCAR CALÇOS DA LAMINA E REGULAR PATROL 120K	01	Serv.	869,00	869,00
136	TROCAR CORDOALHA DOS INJETORES PATROL 120K	01	Serv.	1.158,00	1.158,00
137	TROCAR DENTES E SOLDAR CONCHA DIANTEIRA RETRO 580N	01	Serv.	820,00	820,00
138	TROCAR EIXO E ROLAMENTO DA HELICE PATROL 120K	01	Serv.	1.235,00	1.235,00
140	TROCAR EMBUCHAMENTO DA CONCHA DIANTEIRA RETRO 580N	01	Serv.	1.158,00	1.158,00
141	TROCAR EMBUCHAMENTO DA CONCHA TRANZEIRA RETRO 580N	01	Serv.	1.544,00	1.544,00
142	TROCAR EMBUCHAMENTO DA TORRE DO RETRO RETRO 580N	01	Serv.	772,00	772,00
143	TROCAR EMBUCHAMENTO DA TORRE DO RETRO RETRO 580N	01	Serv.	772,00	772,00
144	TROCAR EMBUCHAMENTO DO CENTRO PATROL 120K	01	Serv.	1.544,00	1.544,00
146	TROCAR EMBUCHAMENTO DO DOS BRACOS DO RETRO RETRO 580N	01	Serv.	772,00	772,00
147	TROCAR EMBUCHAMENTO DO H RETRO 580N	01	Serv.	1.351,00	1.351,00
148	TROCAR EMBUCHAMENTO DO TANDEM PATROL 120K	02	Serv.	1.737,00	3.474,00
150	TROCAR EMBUCHAMENTO EIXO DIANTEIRO PATROL 120K	01	Serv.	1.592,00	1.592,00
152	TROCAR EMBUCHAMENTO SUPORTE DOS CILINDROS PATROL 120K	04	Serv.	246,00	984,00
154	TROCAR GUIA DE VALVULAS PATROL 120K	01	Serv.	338,00	338,00
156	TROCAR GUIAS DE VALVULAS DO CABECOTE RETRO 580N	01	Serv.	405,00	405,00
158	TROCAR GUIAS DE VALVULAS DO CABECOTE TRATOR TT4030	01	Serv.	405,00	405,00
159	TROCAR INJETOR PATROL 120K	06	Serv.	434,00	2.604,00
161	TROCAR KIT DE EMBREAGEM TRATOR TT4030	01	Serv.	569,00	569,00
162	TROCAR OLEO E FILTRO GERAL PATROL 120K	01	Serv.	1.158,00	1.158,00
164	TROCAR OLEO E FILTROS GERAL RETRO 580N	01	Serv.	926,00	926,00
166	TROCAR OLEO E FILTROS GERAL TRATOR TT4030	01	Serv.	656,00	656,00
167	TROCAR REPARO DOS CILINDROS RETRO E SAPATAS	04	Serv.	324,00	1.296,00
168	TROCAR SENSORES PATROL 120K	12	Serv.	338,00	4.056,00
Valor Total (Cento e quarenta e um mil e vinte e seis reais)					141.026,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato iniciasse na data de 25 de Agosto de 2021 e encerramento em 31 de Dezembro de 2021, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R\$ 141.026,00** (Cento e quarenta e um mil e vinte e seis reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Atividade:

Elemento de despesa:

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO.

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.



5.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3.1. Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.



5.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira, assim apurada:

$$I = \frac{TX/100}{365}$$

$$I = \frac{6/100}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE.

6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INPC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.



6.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

8.1. Os serviços serão prestados diariamente, **não ultrapassar 05 (cinco) dias úteis**, após o recebimento da requisição de compra emitida pelo departamento de compras do Fundo Municipal de Saúde de Palestina do Pará/PA, no próprio município em local apropriado para entrega, indicado através de requisições conforme quantidades.

8.2. Os serviços devem estar de acordo com as normas de segurança e regulamentos técnicos específicos. Não serão aceitos serviços não solicitados.

9. CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO.

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

10.1. São obrigações da Contratante:

10.1.1. Receber os serviços no prazo e condições estabelecidas neste termo;

10.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;



10.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos serviços prestados, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.3. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.3.1. Efetuar a entrega dos serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Contrato e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

10.3.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.3.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o serviço com avarias ou defeitos;

10.3.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.3.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.4. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

11.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;



11.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

11.1.5. Cometer fraude fiscal;

11.2. Pela inexecução total ou parcial dos serviços deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

11.2.2. O atraso injustificado ou retardamento na prestação de serviços objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o art. Nº 86, da Lei Nº 8666/93;

11.2.3. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

11.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

11.2.6. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Prefeitura Municipal de Palestina do Pará/PA, pelo prazo de até cinco anos;

11.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.

11.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.3. As sanções previstas nos subitens 11.2.1, 11.2.5, 11.2.6 e 11.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

11.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

11.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;



11.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

11.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **15 (QUINZE) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

11.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

11.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.12. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas nos órgão Oficial de Imprensa do Município.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO.

12.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER RESCINDIDO:



12.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES.

13.1. É VEDADO À CONTRATADA:

13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES.

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO.

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE PALESTINA DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Rua Magalhães Barata s/n - Centro – Palestina do Pará - CEP: 68.535-000
Prédio do Centro Administrativo – Sala da CPL/PMPP - Fone (94) 3351-1328
Email: cplpalestinadopara@hotmail.com



17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO.

17.1. É eleito o Foro da Comarca de São João do Araguaia/PA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Palestina do Pará/PA, 25 de Agosto de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALESTINA DO PARÁ

CNPJ: 83.211.417/0001-20

CONTRATANTE

T&S COMERCIAL DE PECAS LTDA

CNPJ/ME nº 15.185.368/0001-49

CONTRATADA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE
PALESTINA DO PARÁ**

Quem Ama, Cuida!